



# Anais da Assembleia

Nº 61

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 90ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1977

#### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Otássio Pereira.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Mesias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Faci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Adalberto Daros, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Alfredo Gulin, Del Ciel, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Nelson Buffara e Trajano Bastos (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 09/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem do Poder Executivo número 56/77 — ex-Proposição número 143/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Jandaia do Sul, objetivando articulação entre o Governo Federal, Estadual e Município, na Assistência Técnica e Financeira, visando a melhoria da rede Municipal de Ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ, CF., e CIP., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução número 09/77

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 27/09/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Jandaia do Sul, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
MAURÍCIO FRUET — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 09/77

Acompanhado da Mensagem Governamental número 56/77, de 09/03/77, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 27/09/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Jandaia do Sul, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
MAURÍCIO FRUET — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 09/77

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembleia ao Convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o município de Jandaia do Sul.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de Convênios, com o referendo desta Assembleia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembleia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente  
EDILSON ALENCAR — Relator

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Resolução número 09/77

1 — O presente projeto de resolução, recebeu da Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável, por não contrariar qualquer dispositivo legal e constitucional.

2 — Encaminhado à Comissão de Finanças, a mesma não encontrou qualquer óbice de natureza financeira que se lhe anteponha.

3 — Quanto ao mérito, aspecto a ser analisado por esta Comissão de Instrução Pública, embora sentindo refugir à sua competência, deve ser considerado de grande utilidade ao ensino do estado, motivo pelo qual opinamos favoravelmente à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1977.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, extraordinária, marcando outra para amanhã, quinta-fei-

ra, dia 26, às 14,00 horas, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 09/77.  
Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1977.

### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Mugiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Adalberto Daros, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Alfredo Gulin, Del Ciel, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Nelson Buffara e Trajano Bastos (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. ERNESTO GNOATO (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Há número regimental para prosseguimento da sessão.

Em discussão a ata. Não havendo quem queira discutí-la,

Aprovada.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, sabemos que há número regimental e como não estava presente à hora da chamada, solicito a V. Exa. que computasse a nossa presença.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A presença de V. Exa. e dos demais Srs. Deputados será conferido com a lista da portaria.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob o número 0403, do Senhor Deputado Alcimar Torquato de Almeida, Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, comunicando que aquela Assembléia Legislativa, atendendo aprovação de requerimento de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Deputado Olavo Montenegro, encaminhou apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, solicitando a intercessão daquele Ministro junto ao Conselho Nacional de Trânsito, visando a revogação da Resolu-

ção número 509/76. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 124/77, do Senhor Germano Sordi, Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, encaminhando a esta Casa, uma cópia da Indicação que apresentou à Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, AMUPAR, que trata sobre o mandato de dois anos para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 224/77, do Senhor Dércio Galafassi, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, em atenção ao requerimento de autoria do Vereador Valmor José Beux, aprovado por unanimidade de votos em sessão ordinária realizada por aquela Casa em data de 11.05.77, no qual solicita aos Senhores Parlamentares seus inestimáveis préstimos no de que interceda junto à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, para que se reexamine a mensagem enviada à esta Assembléia Legislativa do Estado, concernente à formação do Quadro Próprio do Magistério, que pela sua forma, tem criado um descontentamento geral no seio do Magistério Paranaense. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste - PR, comunica que em sessão ordinária, em data de 09 do mês em curso, por unanimidade de seus pares, ficou aprovada o seguinte:

1 — Que, não existe "Esquadrão da Morte", em Santo Antônio do Sudoeste.

2 — Que foram envolvidos, pelas notícias divulgadas pelo jornal do Estado, do dia 3, 4, 5 do corrente mês e taxados de "Alcaguetas" os mais ilustres e tradicionais de nossa comuna, industrialistas e comerciantes, de alta categoria, bem como autoridades.

Tais notícias consternaram nossa população merecendo, por conseguinte, nosso repúdio. — Ao conhecimento da Casa.

Da Senhora Leda Maria Cardoso Naud, Chefe de Gabinete da Comissão de Educação e Cultura, no qual encaminha a esta Casa as Atas de duas reuniões da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, que se referem ao Projeto Educação a ser elaborado pelas Assembléias Legislativas Estaduais. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Achilles Amorim, Secretário da Câmara Municipal do Recife, comunicando a este Poder Legislativo que aprovou uma proposição de autoria do Vereador Rubem Gamboa, cujo inteiro teor é o seguinte:

"Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, seja dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Congresso Nacional, e aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Educação e Cultura, da Fazenda, das Comunicações, do Trabalho, das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio, um veemente apelo no sentido de ser feita, urgentemente, uma restrição à entrada de músicas estrangeiras no Brasil". — Ao conhecimento da Casa.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 37/77, oriundo da Mensagem Governamental número 63/77.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inclusão em ata de um voto de congratulações com a Diretoria do Colorado E.C. por instituir o ingresso popular — geral — ao preço de cinco cruzeiros, nos jogos disputados no Estádio Durival de Brito e Silva,

possibilitando, assim, que um público de menores condições financeiras, também possa comparecer aos campos de futebol profissional. Requer ainda, que se encaminhe expediente ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Doutor Luiz Gonzaga da Mota Ribeiro, solicitando gestões no sentido de que também o Curitiba F.C., tome medida idêntica, determinando área no Estádio Couto Pereira, que tem sediado maioria dos jogos do Campeonato Paranaense de Futebol, para ingresso popular.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1977.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

É notório o desinteresse do público torcedor, pelo futebol profissional. E há uma preocupação constante, inclusive nos grandes centros, em razão do afastamento do público. Além do sofrível nível dos espetáculos, arbitragens falhas, falta de imaginação por parte dos dirigentes de clubes, e raros bons atletas, os preços dos ingressos não estão ao alcance de grande massa popular. Dadas as dificuldades atuais, com a constante elevação do custo de vida, o ingresso e as demais despesas, como de locomoção, tornam esse esporte tão popular, privilégio de uma classe mais abastada, quando, justamente, deve se procurar alargar a faixa de interesse do público. Não só pelo aspecto financeiro em si, mas, especialmente, pelo fato de canalizar novos adeptos e cultivar o hábito da frequência aos estádios, o ingresso popular em número limitado, em área reservada não prejudicará a capacidade de lotação, tão ociosa ultimamente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública sugerindo e encarecendo estudos imediatos para a criação e implantação de um "Serviço de Assistência Social" junto às Delegacias de Polícia.

Em virtude de disposição constitucional, cabe exclusivamente ao Poder Executivo a iniciativa de projetos de lei que impliquem em aumento de despesas e que tratam de funcionalismo público. Eis porque, impedido legalmente de promover a discussão e aprovação de lei nesse sentido, este Deputado sugere e encarece àquela autoridade do Executivo.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

#### JUSTIFICATIVA:

Além de sua função específica de combate ao crime e às contravenções e de oferecer segurança à vida e ao patrimônio das pessoas, a Polícia é diuturnamente solicitada a intervir em questões de caráter eminentemente social. Assim é, quando é procurada para arbitrar desentendimentos entre vizinhos, entre casais, entre pais e filhos. Ou quando se vê na contingência de custodiar menores desamparados ou é instada a solucionar problemas de mães abandonadas, sobrecarregadas de filhos, sem casa, sem comida e sem destino. Ou a assistir e promover partos ou buscar o inexistente internamento para doentes mentais.

Diariamente os jornais e as rádios registram ocorrências em delegacias de polícia que não caracterizam infração a qualquer norma legal, mas apenas desamparo social, fruto de terrível marginalização econômica de que padece percentagem elevada de nossa população, em virtude da falta de emprego, de casa, de assistência médica e de ensino.

Evidentemente, que são questões que não podem ser tratadas e encaminhadas por quem não está preparado para a sua dimensão. Não se pode exigir de policiais, afeitos à rudeza de sua atividade perigosa, para as quais foram intelectualmente instruídos, a cordura, a paciência e até o respeito que essas desgraças e infelicidades sociais exigem. Ao mesmo tempo, não se

deve transformar ou manter a imagem das delegacias de polícia como de repressão e de intimidação, a assustar as pessoas decentes que a ela eventualmente recorrem.

Esse serviço deve ser necessariamente atribuído a profissional qualificado para a função, que é o Assistente Social.

Acrescente-se que a presença desse servidor de nível universitário, de comprovada formação humanística, inibirá a ação de quem, porventura, pretender molestar a integridade física de quem estiver sob sua guarda. Contribuirá, igualmente, para impedir prisões arbitrárias e ilegais, assim como ofensas e constrangimentos morais.

Adotadas as providências ora sugeridas, ter-se-á condições de minorar sofrimentos e evitar desatinos, buscando-se evitar que a questão social continue sendo tratada como questão policial.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na minha cidade, no município de Santo Antônio da Platina comemorou-se, durante toda a sua existência, a data conjunta, de aniversário do município, e da comarca.

Comemorou-se com festas brilhantes, premiando a comunidade e o seu povo com apoteoses extraordinárias e representativas de pujança de todos os platinenses.

Entretanto, estas comemorações ocorreram sem interrupção, até, pela última vez, o dia 24 de maio de 1976.

O atual Prefeito de Santo Antônio da Platina, eleito pela bandeira da Aliança Renovadora Nacional, faltando dois dias para os festejos comemorativos de minha cidade, de minha comarca, viajou, veio para Curitiba e deixou o povo entristecido, deixou o povo decepcionado, deixou o povo desiludido e caracterizou, acima de tudo, a demonstração de sua falta de qualidades de homem público, demonstrou acima de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, a formação que possui, de homem odioso.

Assim ele procedeu proque em represália à perseguição por ele encetada contra o seu colega de profissão, um dos mais eminentes médicos daquela localidade.

A Câmara Municipal, através das duas bancadas representativas, do meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional, programaram e procederam a entrega, justa, do título de Cidadania, ao médico Dr. Jamidas Antunes Rodrigues, no dia 24 de maio e, como manifestação peçonhenta de seu ódio, de sua maldade, de sua péssima formação de homem público, o Prefeito abandonou o seu município, deixou o seu povo sem os festejos tradicionais e cívicos de todos os anos, em todos os 24 de maio.

Para que fique caracterizado e fique acima de tudo constando dos Anais desta Casa, procedimento espúrio do Prefeito de minha cidade, é que estou fazendo este pronunciamento. É o primeiro 24 de maio de toda a história de minha cidade, que o povo chorou; chorou, movido pela vingança de um homem público sem formação espiritual, sem dignidade e sem respeito à coisa pública, muito pior, um homem maldoso que não teve a coragem de permanecer na cidade, na oportunidade em que para ele deveria ser uma honra magistralíssima, entregar título de Cidadania ao seu colega de profissão, a um seu colega de vida pública, a um dos ex-Prefeitos mais dignos, mais honrado, mais trabalhador, mais justo que passou pela administração de minha cidade.

Fica aqui consignada a nossa manifestação de repúdio à ação espúria do Prefeito Alcino Dias dos Reis, da cidade de Santo Antônio da Platina.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indiscutivelmente, o bem bem informado, tem condições de melhor desempenhar as suas funções na sociedade. Para isso, importantíssimo é o papel da imprensa, notadamente quando a seriedade é a tônica dos profissionais que à mesma estão ligados.

Nosso Estado pode-se orgulhar pelos excelentes órgãos veiculadores de notícias e opiniões que têm, e honram as suas mais caras tradições.

Com satisfação registramos, nesta oportunidade, a somar-se à rede de comunicações, de mais um jornal e ao que vemos revestido dos característicos de seriedade, bom senso, e avançada técnica, o qual leva o nome de "CORREIO DE NOTÍCIAS". Encontramos na primeira página deste jornal, a sua diretriz que passaremos a ler para que fique registrada nos Anais deste Poder Legislativo, que leva o título — Caro Leitor.

"Um novo jornal está nas ruas. Para se julgar o que busca uma nova publicação em um mundo já submerso num mar de informações bastaria a leitura das suas notícias, dos seus editoriais, das suas colunas.

O homem de hoje, está habituado a ler e compreender o espírito de um jornal, não apenas nas suas linhas, mas, principalmente nas entrelinhas.

Apesar dessa acuidade de julgamento, dessa agilidade de percepção e rapidez de raciocínio manda a prudência (amiga da inteligência) e a honestidade (irmã da verdade) que de forma clara, límpida, expressa, digam os responsáveis por um jornal o que pretendem. No mínimo para um compromisso público com seus leitores. Pois vamos lá: um jornal basicamente informa. Pretendemos bem informar. Um jornal não apenas informa bem, mas informa honestamente. É o nosso propósito. Um jornal faz opinião se tiver como Norte os valores básicos que formam a sociedade. É o que queremos. Um jornal adquire sua importância pelo que diz. Informando, criticando, debatendo, dizendo, expondo, entrevistando, opinando, um jornal pode ser a consciência limpa.

Um jornal, não se faz para ganhar dinheiro. Tudo que tem preço é barato.

Estamos aí".

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta declaração editorial nos impressionou. Fazemos votos que o trabalho que assim irá desenvolver este órgão da imprensa, redunde para a boa orientação do povo paranaense, especialmente, do que vive em Curitiba e, também, para o aprimoramento cultural da nossa gente.

Cumprimentamos, desta tribuna, o seu diretor responsável, Bacharel Nireu José Teixeira, seu chefe de Redação Walter Werner Schmidt e os demais integrantes da Editora Novo Paraná Ltda., pela edição na data de hoje do número 01 do "Correio de Notícias".

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos com atenção que merece ser ouvido o ilustre representante de Santo Antônio da Platina, quando traz na sua palavra, muitas vezes, contestada por nós, palavra meridiana, palavra abalizada, palavra que procura traduzir a verdade quando se trata em dizer a verdade de sua terra e de sua gente. Queremos neste instante, mais uma vez, estar solidário dentro da nossa modéstia, de homem do interior, com o nosso companheiro de bancada, com o nosso adversário político, mas nosso amigo, nosso companheiro de Casa, Líder do Norte Pioneiro, Benedito Lúcio Machado. Quando vemos a verdade meridiana traduzida por um parlamentar; quando vemos um parlamentar, dizer da sanha do homem que procura tripudiar conforme dissemos, não podemos nos calar, Srs. Deputados, e não nos

podemos nos calar, povo do Norte Pioneiro!

Quando vemos um médico defendido por S. Exa. o Deputado Lúcio Machado, aquele homem humilde que é o Dr. Jamidas Rodrigues, aquele homem humilde que teve a felicidade da justiça daquele povo, dos Vereadores de Santo Antônio da Platina, de ambas as bancadas, que neste momento, quando se trata de defender um homem injustiçado, unem-se as duas forças, para o bem-estar de nossa terra, e para a justiça de nosso povo.

Quero, neste instante, parabenizar-me pela coragem, pelo valor e pelo destemido homem que é Lúcio Machado, ao ver acusar aquele Prefeito sádico, aquele homem que tripudia, que procura jogar pecha, procura corromper, procura até, Deputado Lúcio Machado, achar os seus próprios companheiros. Estaremos aqui, Sr. Presidente, estaremos aqui Imprensa do Paraná, estaremos aqui, Srs. Deputados para de "pari passu", concordarmos em gênero, número e grau, com o nosso Deputado Lúcio Machado, representante da cidade, Pérola do Norte, da cidade que é a tradição, o povo do Norte Pioneiro.

Dizia aquele Prefeito, em suas campanhas políticas atacando seus companheiros da ARENA, o ex-Prefeito Ademir Lemos, de Toledo, que haveria de vir à luz dos fatos, à luz dos dias, a administração errônea que até agora não veio. Queremos que S. Exa. venha de público e venha a público, trazer o que de fato houve, a não ser que ele seja julgado como compactuador, e que compactua, o homem que corrompe, que procura tripudiar, o homem, Deputado Lúcio Machado, que procura exonerar funcionário que V. Exa. nomeou. Funcionário, que passou por todas as sessões, um humilde funcionário que V. Exa. conhece pelo nome de José Menino. O homem que foi jogado às ruas, pela sanha deste Prefeito que Santo Antônio da Platina, teve a infelicidade de ter em seu Poder Executivo. Traga sempre, meu amigo Lúcio Machado, as denúncias verdadeiras, que aqui estaremos olhando de frente para o nosso povo. E haveremos de unidos, mostrar a Santo Antônio da Platina quem é que tem razão. Porque, como dissemos, a tese daquele eminente homem, daquele caudilho, é dividir para reinar.

E não haveremos de tolerar que haja perseguição em nome deste governo, não haveremos de tolerar, Sr. Presidente, moderando as nossas palavras, conforme solicitação de V. Exa., porque a verdade há de ser meridiana, pertença ela à ARENA ou ao MDB, é um homem que está procurando perseguir, enegrecer o nome dos políticos paranaenses e brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e rendo as minhas homenagens neste instante, a minha solidariedade ao ilustre Deputado Lúcio Machado, que tem a coragem de vir à tribuna e falar a verdade, sempre a verdade.

Muito obrigado.

E a imprensa do Paraná, que saiba aquele Prefeito, que a verdade tarda mas não falta; e a justiça de Deus é a justiça certa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O jornal continua a ser em nossos dias um dos veículos de melhor comunicação entre os seres humanos. Nele a notícia é mais completa que a de seus companheiros, a televisão e o rádio que são mais dinâmicos e por isso, menos completos. Nele, a interpretação da notícia em si, dá ao leitor, uma visão panorâmica, ao mesmo tempo que opinativa. Diz-se dele, que foi a alavanca que modificou o mundo e que, até hoje, o continua reformulando.

Estas considerações me surgem na oportunidade em que vejo nas bancas o primeiro número do jornal "Correio de Notícias", um novo matutino curitibano que surge em instantes dos mais oportunos, quando carecemos de mais porta-vozes na defesa dos interesses comuns.

Dirigido por Nireu Teixeira, um veterano jornalista que por muitos anos cobriu os trabalhos parlamentares nesta Assembléia Legislativa e que, tal qual um "mensageiro", teve sempre a ventura de labutar em jornais com a designação de "Correio", este novo jornal curitibano tem a orientação de Max Rossemann e Dolpho de Oliveira Franco Filho, pessoas de projeção em meios sócio-econômicos.

O primeiro número deste manuscrito já demonstra o carinho com que sua equipe de trabalho manipula a notícia, dando ao leitor uma facilidade de apreciação dos fatos quotidianos. Queremos ressaltar, contudo, em particular, a integração nessa plêiade de jornalistas, de dois profissionais competentes, funcionários do Quadro de Pessoal desta Assembléia: são eles, Antônio Carlos Lacerda e Ênio Sant'angelo Malheiros.

Somente a menção do nome desses dois jornalistas companheiros desta Casa já dá ao "Correio de Notícias", uma dimensão de seguridade nas informações, que cotidianamente alimentará a opinião pública deste Estado.

Desejando que este jornal ocupe um lugar de destaque entre os demais de nosso Estado e que, na medida do possível, prestigie esta Instituição, como Casa do povo, que sempre é notícia, saudamos em nome da liderança do MDB este novo veículo divulgador que vem enriquecer ainda mais a imprensa paranaense.

Ademais, um novo jornal é mais uma janela aberta para o mundo. Um novo jornal é mais um aliado do povo que hoje busca resolutamente trazer a Nação aos caminhos da ordem jurídica e a participação de todos na luta pelo desenvolvimento, não apenas material, mas de cultura e principalmente de informações.

Sr. Presidente, aproveitando o ensejo, desejo apresentar a Casa um requerimento que pede a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido no último dia 19 do mês em curso, na Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui do Paraná, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, advogado Raimundo Fauro, cuja súmula diz o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja transcrito de inteiro teor o discurso proferido na sede da Seção Paranaense da O.A.B., pelo Doutor Raymundo Fauro, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no último dia 19 de maio de 1977.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1977."

Era só, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem alguns documentos, na História da Pátria, que são fadados a gerar polêmicas e, no final, transformarem, até certo ponto, a nossa História.

Por isso, no momento em que o País deixa pouco aos Legislativos, temos vindo constantemente a esta tribuna para ler artigos e documentos de outras pessoas que, não possuindo a tribuna, têm escrito e têm dito.

Para que conste da ata desta Casa, lerei agora a carta enviada pelo recém-falecido político brasileiro, Carlos Lacerda, dirigida a seus familiares, quando preso na Guanabara e transcrita pelo "O Estado de São Paulo", tem o significativo título: "MALDITOS OS LADRÕES DO VOTO"

"Do período de uma semana em que passou preso no Regimento Caetano de Faria, da Polícia Militar, no Rio, em dezembro de 1968.

Carlos Lacerda deixou uma carta destinada à mulher, Leticia, e aos filhos. Escrita à mão, nos dois lados de uma mesma folha, nela transparece a intenção de animar a família,

estimulando-a a compreender seu gesto de manter-se em greve de fome que já durava seis dias.

A carta é escrita em dois tipos de letras. No início, na parte em que as referências à família são maiores, a letra é pequena e arredondada. Aos poucos, da décima linha em diante, as mudanças vão se acentuando até chegar a 18ª linha, onde desaparecem as referências diretas à família, e Lacerda passa a referir-se quase exclusivamente à situação político-militar do País. Desse ponto até o final da carta, a letra é grande e angulosa.

A carta nunca foi publicada. E há uma semana de sua morte, Lacerda (que dela já se esquecera) surpreendeu-se ao vê-la guardada pela irmã Vera, pedindo uma cópia.

Eis a íntegra da carta:

"No quartel da PM, Rua Frei Caneca, 20.12.68.

Para minha mulher e meus filhos.

Como vocês sabem, desde QUE FUI PRESO, HÁ SEIS DIAS, NÃO TOMO NENHUM ALIMENTO, APENAS ÁGUA, PARA AUMENTAR A RESISTÊNCIA À INANIÇÃO. Bem sabem vocês quanto me custa submeter-me, e a vocês, a essa tortura. Mas, também sabem QUE É NESTE PAÍS DE FARSAS E IMPOSTURAS, UMA DECISÃO SÉRIA — QUE SERÁ LEVADA ATÉ O FIM. Hoje vocês viram o último exame, já acusando acidose, albumina e os primeiros sinais de nefrite.

Por isto, vocês que sabem quanto quero bem à vida, à vida que vocês me dão, ainda mais gratos me deixam pela compreensão e pela resignação com que suportam esta decisão.

Ela é tomada por vocês e por todos, até mesmo pelos que não sabem de nada e pelos que, sabendo FINGEM QUE NÃO SABEM.

Sempre disse aos militares: no dia em que vocês cometerem contra o povo brasileiro o crime de levar, mais uma vez, este Brasil, ao domínio de um grupo ambicioso, antidemocrático e, como vocês sabem muito bem, ainda por cima inepto e tão corrupto quanto os que mais o sejam, terão de me ouvir — ou me matar.

Não pude lutar pelas armas. O comportamento imaturo de casta, menos do que de patriotas, de donzelas ofendidas, com que os espertos levaram os oficiais a reagirem a uma provocação dos políticos, não os deixou sequer raciocinar. Agiram por intuito, desprezaram a razão. E permitiram, entre tantos erros e crimes, a suprema covardia, injustiça e mesquinhas que são estas prisões, ESTA ORGIA DE ARROGÂNCIA E DE ESTUPIDEZ. Pois bem se eles juraram defender o Brasil, também eu tenho esse juramento.

E se já não posso defender este povo, mães e filhos como vocês, pela palavra, que é a minha arma, pela ação, que é a minha vocação, defendendo-o como posso, com a única coisa que me resta: a vida.

Espero que ainda um acesso de bom senso, numa reserva de patriotismo, desperte nessa muralha de incompreensão e inconsciência. Essa esperança, não o desespero, move-me ao protesto que é o jejum voluntário no qual me arrisco a perder tudo o que me interessa na vida, a começar por vocês, meus queridos.

Mas, fora dela, nada, absolutamente nada me fará voltar atrás da decisão tomada.

Os heróis de fãncaria vão ver como luta e morre, sozinho, desarmado, um brasileiro que ama a Pátria — mas a Pátria livre. Se isto me acontecer, malditos sejam, para sempre, os ladrões do voto do povo, os assassinos da liberdade. E os que calaram. E os que consentiram, e os que participaram. Em seu lugar se levante a certeza de que o Brasil também há quem saiba dar (ilegível) dar exemplo. Um beijo de seu marido e seu pai, Carlos Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência comunica que o tempo de V. Exa. se esgotou e concede mais

um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Não me dirijo a todos senão para dizer que espero tenha valor este testemunho que lhes dou”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vimos à tribuna nesta oportunidade para analisarmos aspectos da bacia leiteira no Paraná e no Brasil, rapidamente e, também a respeito do café.

“O Governo Federal através do Ministério da Indústria e Comércio e do Instituto Brasileiro do Café (IBC), tomou medidas para assegurar o equilíbrio do mercado interno do café, ao mesmo tempo em que abria o registro de exportação para os meses de julho e agosto.

Não há dúvida de que o Governo deve disciplinar o mercado interno e impedir o aumento abusivo do produto que já está ficando fora da mesa das classes mais pobres. Não é demais lembrar que a substituição do café por outros produtos não traz vantagens ao maior produtor de café do mundo.

Basta lembrar que somos também um dos maiores mercados consumidores de café do mundo, e que os instantâneos são monopolizados por pequenos grupos fabricantes.

Entretanto, as notícias sobre a decisão do Governo para suprir o nosso mercado, não são unânimes. Um jornal desta Capital dá a nota dissonante. A manchete deste jornal é interpretativa da decisão do Governo. Toca uma questão que nos deixa preocupados: o monopólio interno da comercialização do café.

Enquanto o Governo assegura que tomou decisão para abastecer e assegurar o abastecimento do mercado interno, aquele jornal nos diz que a medida vai resultar na entrega do mercado interno aos monopólios.

O jornal ainda não avaliou a situação, mas antecede uma análise com afirmativa. E tem razão. Não faz muito o Governo Federal cassou o registro dos pequenos exportadores de café, gerando conflitos e protestos. Na verdade, a exportação de café cada vez se afunila mais em torno dos grandes.

E se eles deverão associar-se para fornecer às torrefadoras; e se são eles que deverão comerciar o café, não há dúvida de que serão os grandes exportadores que irão dominar todo o mercado de café do País”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com referência a um outro assunto, é nosso pensamento, numa sessão futura, apresentar desta tribuna, aos Srs. Ministros Allison Paulinelli, da Agricultura, da Indústria e do Comércio e da Fazenda, uma solicitação, Sr. Presidente de providências para que se coloque um paradeiro na matança indiscriminada de vacas leiteiras neste País. Hoje mesmo, o Deputado Álvaro Dias, na Câmara Federal fez um pronunciamento sobre o assunto.

Dizia Sua Excelência que o Brasil está importando leite em pó para atender o mercado interno.

Os Srs. imaginem — neste País, onde há uma grande quantidade de gado bovino, matando-os todos os dias, segundo dados que temos em mãos, está aumentando a cada dia que passa a matança de vacas neste País, então, é preciso que as autoridades do Governo Federal através dos seus Ministérios, tomem as providências necessárias.

Nós temos dois problemas: estamos acabando com a bacia leiteira neste País, e conseqüentemente fazendo diminuir também o aumento de bois em nosso País.

É preciso que sejam tomadas providências nesse sentido.

Sr. Presidente, mais uma vez assomamos à tribuna para dizer que os nossos agricultores, para dizer que os homens que plantaram algodão não estão satisfeitos.

Quando se iniciou a colheita do algodão, ele foi vendido a 110, 115 cruzeiros a arroba e agora, no término da colheita, na hora dos lavradores realizarem os fechamentos dos seus negócios com as máquinas, eis que o algodão cai de 115, 110 cruzeiros a arroba, custando a média de 75 cruzeiros a arroba, menos que o preço mínimo fixado pelo Governo.

Assim é que, Sr. Presidente, fui eleito Deputado por uma região produtora e cabe a mim e cabe a nós Deputados, toda vez que o homem da lavoura estiver sofrendo, cabe a nós levantarmos a nossa voz.

É o que estamos fazendo, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em novembro de 1976, apresentamos a esta Casa e foi arquivado por decurso de prazo, um projeto de emenda à Constituição, que voltamos, nesta oportunidade, a apresentar. (Lê):

#### “EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º — O parágrafo 3º do artigo 105, Capítulo VI da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º — São condições de elegibilidade a Prefeito Municipal:

I — Ser Brasileiro

II — Estar no exercício dos direitos políticos.

III — Ser maior de vinte e um anos.

§ 4º — O Vice-Prefeito considerar-se-á eleito com o Prefeito registrado conjuntamente.

Art. 2º — Acrescente-se um parágrafo ao referido artigo, com a seguinte redação:

§ 5º — São condições de elegibilidade a Vereadores às Câmaras Municipais:

I — Ser Brasileiro.

II — Estar no exercício dos direitos políticos.

III — Ser eleitor.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

APOIAMENTO: Muggiati Filho, Jayme Rodrigues Carvalho, Nilso Sguarezi, João Fadel, Waldenício Barbalho, Osvaldo Macedo, Deni Schwartz, Lúcio Machado, Adalberto Daros, Hélio Manfrinato, Gabriel Manoel, Rosário Pitelli, Ezequias Losso, Enéas Faria, Aguinaldo Pereira Lima, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Accioly Neto, Jorge Sato.

#### JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de emenda à Constituição, extinguir do texto Constitucional a exigência de idade mínima de 21 (vinte e um) anos para que o eleitor possa candidatar-se a Vereador.

A fixação de idade superior a vinte e um (21) anos como condição de elegibilidade para Vereador às Câmaras Municipais de nosso Estado, contida no item III, § 3º, art. 105, Capítulo VI de nossa Constituição, socialmente, constitui afronta aos que compulsoriamente votam, mas não podem ser votados.

O “caput” do artigo 150 da Constituição Federal é de clareza meridiana “Artigo 150: SÃO INELEGÍVEIS OS INALISTÁVEIS”.

Daí nosso entendimento, que o cidadão ao completar dezoito (18) anos, não apenas é alistável, como também está sujeito a penalidades, caso não o faça. Depreendemos, portanto, que está explícito no contido neste artigo, a viabilidade de candidaturas de pessoas, que, sendo eleitores, não tenham ainda 21 (vinte e um) anos de idade. Além do texto constitucional referido, encontramos ainda, no parágrafo único do Artigo 3º da Lei 5782, de 06 de junho de 1972, autorização inequívoca, à que o cidadão ou cidadã que se encontra entre



18 a 21 anos, possa disputar cargos eletivos nos órgãos municipais, notem bem, a ampliação pela lei citada, também a candidatos a Prefeitos e Vice-Prefeitos, senão vejamos:

Lei 5783, de 06 de junho de 1972.

**FIXA PRAZO PARA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente da República . . . . .

Faço saber . . . . .

Artigo 1º — Nas eleições . . . . .

Artigo 2º — Nas eleições. . . . .

Artigo 3º — Nas eleições Municipais, a se realizarem em 1972, o prazo previsto no artigo anterior fica reduzido a 3 (três) meses.

Parágrafo único — EM SE TRANTANDO DE CANDIDATO DE ATÉ 21 (VINTE E UM) ANOS DE IDADE, O PRAZO PREVISTO NESTE ARTIGO SERÁ REDUZIDO À METADE.

É de notar-se que a lei em questão, não apenas admite candidaturas na faixa etária de 18 a 21 anos, mas acima de tudo, oferece privilégios a quem nessa idade, pretenda iniciar-se na vida pública, reduzindo à metade, o prazo exigido para filiação partidária.

É de conhecimento público que em algumas comarcas de nosso Estado, os Excelentíssimos Senhores Juizes eleitorais, concedem registro de candidaturas de eleitores que não tenham 21 anos, resultando vários casos de vereadores eleitos que ainda não completaram a idade mínima fixada pela Constituição; porém em outras comarcas, que por denúncias oferecidas pelo Ministério Público ou mesmo impugnações provocadas pelo partido adversário, baseando no preceito constitucional, grande número de jovens privados de iniciar-se na vida pública.

A moderna psicologia ensina hoje, que não há distinção entre um indivíduo de 18 e 21 anos, no que tange às atividades de comportamento. Não se pode medir capacidade e maturidade com a idade física. Se fôssemos estabelecer uma idade, estaríamos pré-julgando que ainda não se colocou em julgamento.

A nossa lei preceitua uma idade de 18 anos para se votar; negar-se o direito de ser votado torna-se incongruente. A vizinha Santa Catarina tem em sua Carta Magna Estadual a permissão de seus eleitores votar em candidato ao Governo com uma idade mínima de 25 anos, enquanto permanecemos nos 35 anos. Precisamos ir mais além. Devemos mostrar que o jovem merece ter a confiança do voto para tal, se para isto tiver capacidade, não será a idade que irá diminuí-la, pois ela é inata e o tempo não a mudará.

Ninguém ignora, que a maioria de nossos homens públicos, iniciam a vida política, como vereador, nada mais justo portanto, que, quando se conclame a juventude a participar do esforço nacional para o desenvolvimento, e cobra-se dos jovens uma maioria presença na solução dos problemas nacionais, extirpar-se do texto Constitucional a proibição de candidatura a Vereador de jovens com menos de 21 anos.

É o primeiro passo. Sabemos que os jovens de 18 a 21 anos o dará com firmeza."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi. — Ausente o Sr. Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria. Havendo delcinado, consulto o Sr. Deputado Antônio Facci se deseja voltar à tribuna, no Grande Expediente

Com a palavra, o Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havia feito minha inscrição para o Grande Expediente, considerando, a presença dos Deputados Nilso Sguarezi e Enéas Faria, que me antecederiam e isso faria com que, viéssemos à tribuna apenas na sessão de amanhã.

na na oportunidade, para iniciar um trabalho que pretendemos fazer com referência aos problemas econômicos de nosso Estado.

(Lendo): "Em meio à crise econômica e política brasileira, queremos abordar alguns aspectos que dizem respeito à situação atual.

Queremos falar de um produto que é a imagem do Brasil e que é também a imagem do Paraná. O café.

Produto que, em termos mundiais, é um dos cinco grandes em importância econômica. Produto que é a base da economia de alguns países africanos e latino-americanos.

"Cultura de sobremesa" como costuma também ser denominado, como a mostrar que não é essencial pois conta sucedâneos e seu hábito não é uma necessidade alimentar.

Mas há o indesmentível mercado para mostrar que a cultura e os hábitos humanos têm tal força que devemos levá-los em conta em primeiro lugar. Assim, devemos considerar o café, pelo tempo que o mercado considerar, um produto nobre, cobinado, um dos cinco grandes da economia mundial.

Esse carro-chefe das exportações brasileiras está dividindo com o soja nossas esperanças de recompor a economia brasileira, de remanejar a dívida externa e os crescentes juros e amortizações devidos a instituições internacionais. Neste período da agricultura, como classificaram as principais autoridades do governo, ao convocarem a Nação para a produtividade agrícola, ele está conseguindo em parte os objetivos da Política Econômica. Até os está superando.

Culpa não tem o café se, a um frio exame, não cobre o montante de nossas importações de petróleo. Mesmo com o País desaquecido, desacelerado, a 80 quilômetros por hora.

Como também não tem culpa o café, de que nossas autoridades maiores tivessem mais esperanças nos manufaturados do que seria razoável no tipo de economia brasileira. Somos um País produtor também de manufaturados com mercado instável e sujeito ao poder de barganha das sedes externas das multinacionais.

E o conjunto desses fatos da política econômica e das exportações mostra o café como o "pai dos desapertos", aquele que tem obtido respostas constantes na pauta das exportações, mesmo quando o mercado se saturou ou quando as manobras internacionais prepararam sua queda. Há cem anos ele vem trazendo libras e dólares para nossa economia.

Essas divisas cambiais permitiram em grande parte construir nossa economia de substituição das importações.

Quando se disseminou a cultura cafeeira pelo País, o Paraná também entrou com pequena cota de produção para o mercado interno.

Afinal, nós exportamos mas também consumimos. E crescemos de produção com o desbravamento da região Norte do Estado, chegando à posição de principais produtores de café.

Nossa contribuição à economia brasileira, com o café especialmente, nos deu certo reconhecimento nacional em termos políticos. Mas não foi acompanhado do reconhecimento objetivo, em obras substanciais de infra-estrutura, eis que todo o Norte Paranaense encontrou mais fácil saída por São Paulo.

Senhores Deputados:

O Paraná nunca teve a maioria política de resolver por esse caminho seus problemas econômicos e sociais. Mesmo quando tivemos Ministros da Pasta da Agricultura não foi chegada a nossa vez. A esse reconhecimento público de obter um ministério não correspondeu mais do que uma ação de pequena envergadura, limitada ao âmbito de pequenos grupos da política.

Nos últimos 7 anos, embora com grandes perdas, a produção do café no Paraná foi superior em 2 milhões de sacas ao segundo produtor que é São Paulo. E na última década o Paraná manteve a maior produtividade de café do País, em que

pese o decréscimo de algumas safras críticas.

Ele é o responsável, no atual nível de preços, por mais da metade do valor das exportações paranaenses, chegando a 667 milhões de dólares no ano passado, correspondendo, a 34 por cento das exportações.

No plano nacional, contribui em 20,83 por cento (segundo dados de 1976) nas exportações brasileiras, no valor de US\$ 2 bilhões de dólares.

Esses mesmos dados são resultantes da produção distribuída principalmente pelos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, na ordem de sua participação.

E desde o ano de 1976 foi proposto em plano de estimular outras zonas produtoras do País ou novas zonas de produção, na tentativa de retirar a hegemonia do Paraná, sob a alegação de que as geadas constituem, aqui, um empecilho à produção organizada. Bem verdade que os protestos conseguiram, em parte, suspender essa política de erradicação do café no Paraná. Mas a política de disseminação produtora continuou, na esperança de que outros Estados pudessem encontrar no café seu reforço econômico.

E aqui está o segundo ponto importante: Primeiro, nossa representatividade política no cenário nacional não nos dá como não nos deu caminhos e definições para aproveitar melhor nossa força de produtores de café; segundo, a produção se dissemina por outras áreas, fundamentalmente às custas do esforço do Paraná porque não sendo o Estado que recebeu suficiente contrapartida ao esforço da produção é aquele que alimenta com cambiais e recursos investimentos do governo federal, inclusive da produção de novos cafezais. E, o que chega à ironia, para retirar nossa condição hegemônica são aplicados os recursos produzidos pelos cafezais do Paraná.

Senhores Deputados:

Tudo é Brasil. Até mais: precisamos contribuir para o desenvolvimento do Nordeste, da região Amazônica e de todas as regiões brasileiras mais pobres.

Estamos dando nossa cota espontânea de esforço nacional, sem particularismos regionalistas.

Produzimos amendoim, e soja e as fábricas de óleo, são principalmente, organizadas em outros Estados; e isso é natural dentro das características da livre concorrência. Produzimos crescentes quantidades de trigo e as cotas e os moinhos — não importa como aconteceu — controlados rigorosamente pelo governo — são entregues fora do Estado para moagem.

Nossos frigoríficos são de pequeno porte e ficamos também aí com o esforço de nossos fazendeiros e invernistas, que acabam entregando o lucro para os grandes frigoríficos.

Estamos construindo — sim, estamos construindo à custa de sacrifícios nossas usinas hidroelétricas.

Mas, quiseram retirar-nos a participação direta na construção de Foz do Areia e nos retiraram de Salto de Santiago, Segredo, Caxias, Faraday e quantas outras estejam programadas. Em Itaipu nenhum plano importante de obras complementares foi criado a não ser as casas e vilas montadas sem suficiente planejamento e desintegradas a algum plano maior de desenvolvimento regional. Até mesmo os recursos de matérias-primas locais, a pretexto de salvaguardar o equilíbrio de preços, passaram ao controle inconstitucional da Empresa Binacional, para definir quem pode explorar os recursos de matérias-primas locais.

A Refinaria de São Mateus está passando por um estágio que ninguém conhece; suas obras se retardam; não conhecemos o plano definido de seu desenvolvimento, seu cronograma de obras e qual a obra final.

Não podemos recusar nossa colaboração nacional. E não a estamos negando. O que exigimos é que obtenhamos a contrapartida de nossa produção.

Estamos à espera da ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu, mas ela não está inscrita no plano de prioridades do Ministério

dos Transportes; bem como a continuidade da ferrovia Cianorte-Guaíra e Maringá-Campo Mourão.

Senhores Deputados:

O café fez muito para nosso Estado. Não soubemos aproveitar corretamente as oportunidades que então se abriram. Ainda hoje não estamos sabendo tirar proveito da última década da força de nosso café, cada vez mais diluído em sua produção.

Não se pense que a era industrial está às portas e que a cultura do café é coisa do passado. Mesmo que estejamos vivendo o período final da predominância do café, que já a divide com a soja, a pecuária e, quem sabe, o trigo, a crença nos resultados decisivos da indústria é ainda uma ilusão. O modelo brasileiro todo está a atestar que é necessário industrializar mas que se chegue rapidamente à era industrial é uma fantasia cara.

Se corremos a ponta de lápis sobre o montante e os valores produzidos pela cultura de café, vamos compreender que o Estado não obteve nem 10 por cento desse total em obras de infra-estrutura básica na região cafeeira. Não obteve obras que promovam a aceleração do progresso econômico e social.

Apenas nos últimos quatro anos, de 1973 a 1976, as receitas das exportações de café chegaram a mais de 5 bilhões de dólares. Para esse total, o Paraná contribuiu com quase 40 por cento.

Sabemos que os governos estaduais não quiseram compreender o quanto era decisivo lutar por uma política adequada a respeito. Talvez compreendesse, e, mesmo ligados à produção cafeeira, não tivessem a visão larga necessária ao homem de Estado. Mesmo assim, uma política econômica justa é aquela que analisa esses aspectos, que foge aos interesses de momento, para criar alicerces mais firmes, para ser mais justa no equilíbrio produtivo e social.

Nos últimos anos temos assistido à ação da política cafeeira contrária aos interesses do Paraná. Temos visto que medidas apresentadas como racionalizadoras são apenas a capa de interesses que não se sabe apenas equivocados em termos de Paraná; de resto, em termos de Brasil.

O atual Presidente do Instituto Brasileiro do Café, na sua imediatez, está mais voltado para a política que construiu naquela autarquia. As agências e escritórios do IBC se reduzem no Estado; o café sai; as divisas entram; essas divisas financiam outras zonas de produção, desparanizando — desculpem-me o neologismo — a produção do café.

Senhores Deputados:

Os estudiosos do Paraná caracterizam os ciclos de nossa cultura. Na maioria dos casos fatores de mercado ateraram a força dos ciclos. No caso do café, ao contrário, têm sido justamente os fatores de mercado, os bons preços do café, com o pretexto das geadas, que estão mudando nossa economia. Não basta lembrar que se tem plantado novamente o café; que algumas vozes têm estimulado novos plantios. Vai chegar o tempo que, tendo financiado o plantio em outras áreas, não haverá suficientes incentivos para as áreas de produção no Estado. Porque os altos preços internacionais não são permanentes e se alguma coisa tiver que ser sacrificada somente o poder de barganha política determinará onde estará o lado mais fraco da corda.

Ainda é tempo de salvar nossa possibilidade de fazer um "lobby", palavra que disfarça os grupos de pressão. Em inglês, num Estado autoritário, fica mais assimilável.

Vamos encarar os fatos. Em vez de financiar os recursos do café do Paraná, os investimentos do IBC em novas áreas de produção, sem nenhum tipo de protesto, devemos mobilizar nossas forças para obter uma parcela do que distribuimos ao País.

Convoco os ilustres representantes desta Casa para que organizemos as reivindicações de caráter específico de apoio



à produção econômica e social.

Estas reivindicações poderão ser reunidas num plano de desenvolvimento, de tipo especial, com fundo especial a ser pleiteado junto às autoridades federais. Depende de nossa capacidade e força de organização para que as classes sociais das regiões referidas e seus produtores dêem a força necessária a essa proposta porque justa ela é indiscutivelmente.

E se não constitui a contrapartida ao esforço do Paraná para o desenvolvimento brasileiro, pelo menos representa parte desse reconhecimento”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o Deputado Ernesto Dal'Oglio se deseja ocupar os doze minutos restantes do Grande Expediente. — (Assentimento).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, que usará os doze minutos restantes do Grande Expediente somando aos quinze minutos destinados à liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lendo):

“Estamos chegando a um tempo que qualquer cidadão vai falar de economia. Pela simples razão de que tem estômago, olhos e braços. Pela simples razão de que tem ouvidos e tem pensamentos.

Os técnicos e os sábios podem saber muitas coisas. Mas o homem comum trabalha, sabe o que produz e sabe o que recebe em troca de seu trabalho.

O técnico e o sábio não sabem mais do que o cidadão comum sobre o custo-de-vida, por exemplo. O homem que trabalha tem a idéia prática e intuitiva do que produz e como pode viver durante os dias com o resultado de seu trabalho.

Pode ser que os técnicos e os sábios saibam falar melhor sobre os efeitos da inflação, por exemplo. Mas a inflação atinge principalmente as classes trabalhadoras do campo e da cidade. É nos preços e na deterioração dos salários que o trabalhador compreende que existe uma contradição entre o valor de seu trabalho e o valor dos preços. Ele tem dificuldade para conseguir maior valor para seu trabalho; e parece que não há nenhuma dificuldade para os preços subirem.

Ao mesmo tempo que os trabalhadores sentem que os preços correm mais do que os salários; e dos valores que ele produz diretamente em sua pequena propriedade do campo, os técnicos e os sábios afirmam que são os aumentos salariais que causam a inflação. Ele não pode entender isso.

Nessa corrida entre salários e o custo-de-vida, os salários correm atrás do custo-de-vida mais do que o custo-de-vida corre atrás dos salários. Isto se pensamos em salário-mínimo ou salários pequenos.

Porque os salários altos têm que ser muito produtivos e podem ser medidos. Porém se são salários altos de serviços e de administração ou de mordomias fica difícil saber se são realmente produtivos, isto é, se o valor do que produzem é um valor real, socialmente necessário.

Nós temos uma administração pública muito cara e para onde vão os favorecidos pela política. A administração pública está inchada, confusa e não foi modernizada. O Governo não conseguiu modernizar a administração brasileira. Fizeram-se reformas de fachada, de nome, mas o empreguismo continuou. Especialmente o mais caro, o empreguismo de cúpula.

Enquanto se exige que as classes trabalhadoras vivam com o cinto apertado, criam-se gratificações e ajudas de custo para criar vencimentos especiais aos quadros da alta burocracia. Mas não é o custo desse serviço burocrático que importa e sim saber se realmente é produtivo na administração ou se é apenas um privilégio político.

Nas sociedades de economia mista, numerosos cargos constituem apenas uma retribuição política pela fidelidade sem que se pense na produtividade e na racionalidade da economia.

Senhores Deputados:

Não é preciso ser sábio nem técnico para saber que nós somos um País que entre a agricultura e as atividades industriais extrativas até chegar ao consumidor final, há um gigante no meio; o setor de comércio e serviços. Este setor continua inchado como a administração pública.

O inchaço não é o comércio tão necessário. O inchaço é de atividades intermediárias de atravessadores, de especulação.

Nossa produção agrícola, apesar de todas as distorções, ainda é barata. Nossos preços de agricultura são baixos, em geral.

Porém na hora de reunir a produção, de administrar a produção reunida, seja na atividade individual das empresas, seja na cooperativada, os custos começam a crescer. Na hora do transporte, novamente o crescimento é irracional. Na hora dos pagamentos de serviços feitos durante a produção, durante o armazenamento e durante o transporte e embarque, os preços são altos.

Ainda assim, os preços internacionais da soja, do café, do milho e outros são compensadores. Muito mais para os que comercializam do que para os que os produzem. Mas sem uma justa distribuição dos lucros das atividades primárias não pode haver economia estável. Não havendo economia relativamente estável, os custos continuam a subir exageradamente.

O confisco cambial não é justo, pois não permite que os produtores sejam os principais beneficiários dessa diferença de preços. O confisco é empregado em financiamentos que o Governo deseja mas não está obrigado por lei. Os recursos que o confisco cria não são aplicados principalmente para aumentar a produção e diminuir os custos intermediários, com a implantação de sistemas mais racionais, de administração, de armazenamento e de transporte.

Senhores Deputados:

Falamos de administração cara. Tanto a privada como a estatal. Falamos de atravessadores que oneram as mercadorias. Essas são causas de inflação.

Falamos de confisco e seu resultado mal investido e mal financiado. Esta também é causa da inflação.

Falamos de duas outras causas decisivas para a taxa de inflação: O Sistema Financeiro, que opera com taxas e juros muito altos e fora de controle racional. Em todas as atividades produtivas lá está o sistema financeiro, diretamente, através de financiamentos de juros baixos do Banco do Brasil ou seus agentes, mas indiretamente através de todos os outros custos de matéria-prima, insumos básicos, máquinas e equipamentos. E a custos incompatíveis quando, na rede privada, visa a complementação financeira particular ou de empresa.

Pelos cálculos de um técnico do BADEP as operações de crédito que não estejam dentro dos programas especiais do Governo, chegam a pagar 8 por cento ao mês. Oito por cento ao mês. Porém fiquemos apenas nos 6 por cento e então veremos como o custo do dinheiro a 72 por cento ao ano exige 100 por cento no preço final do produto. Mesmo que esse seja o capital de giro, no caso das empresas brasileiras ele entra como um componente global no preço dos produtos.

E aqui, no caso da pequena e média empresa, vamos comprovar que a inflação de custos é maior do que a alimentada pela demanda. Esta é a conclusão a que chegou a Federação das Indústrias do Paraná e foi encampada, no encontro nacional de Gramado, por todas as federações brasileiras. Talvez precise destacar-se que as flutuações nos preços tornem a atividade econômica imprevisível. Mas especialmente o custo do dinheiro é muito alto: entre 3,5 a 4 por cento ao mês até 1976, e entre 5 a 8 por cento atualmente.

Não é preciso ser entendido em finanças para sentir que, por exemplo, 5 por cento ao mês no custo do dinheiro causam forte pressão nos preços finais. Porque, no Brasil, todo o sistema de rotação dos negócios, na indústria e no comércio, gira em

torno de duplicatas descontadas. Esses descontos são liberados em parcelas: para o saldo médio, para um depósito retirável parceladamente, e para saldar os compromissos de compras de matérias-primas ou de peças para venda.

É verdade que a oferta de crédito foi muito grande até 1976. Segundo o ex-Ministro Otávio Gouveia de Bulhões, "a enorme concentração de recursos em papéis-de-renda-fixa, em ações e poupanças, aumentou muito a oferta de crédito". Porém, não foi apenas por imprevidência ou esbanjamento que os empresários tomaram créditos, mas como forma de capitalização e modernização, conforme o modelo do próprio governo. Se houve aplicações em outras atividades, isto não é novidade no País — constitui uma prática antiga que não desaparece por mágica.

O que nós podemos esperar se, para manter o desempenho do modelo brasileiro, as emissões continuaram a ser feitas, alimentando a inflação, até que o governo decidiu "enxugar os meios de pagamento?"

O grande problema do "Sistema Financeiro" não foi tocado. Nenhuma medida re-orientadora foi adotada. Ao contrário, as análises de balanços nos mostram que as instituições de crédito tiveram em média um lucro de 80 por cento durante 1976.

E gostaria de relacionar outro: uma empresa produtora de adubos conseguiu lucro de 55 por cento em apenas 6 (seis) meses. Nos primeiros seis (6) meses do atual exercício, o lucro foi de 93,7 milhões de cruzeiros, para um capital de 180 milhões de cruzeiros e não é de aceitar que esses custos inflacionários sejam jogados sobre uma agricultura ainda fraca. O que pode acontecer? A diminuição dos lucros da agricultura ou os preços mais altos nos gêneros essenciais à alimentação do povo?

Há mais uma causa que está a concorrer para aumentar a inflação: a relação entre os investimentos estrangeiros e o retorno de capitais. Mesmo não conhecendo em profundidade o assunto, podemos compreender que muitos dos investimentos foram realizados com recursos internos, nossos, tendo apenas cautelosas parcelas de capitais externos. E quanto por cento do capital realizado, interno mais externo, retorna sob as rubricas "royalties, know-how", assistência técnica e remuneração de capital?

Durante algum tempo, o conjunto desses "retornos" pareceu não ter muita importância, até que os juros e amortizações da dívida externa, hoje calculados por volta de 12 bilhões de dólares, assumissem grande vulto. São dólares com, dólares. Quase a metade de nossa dívida externa.

Sr. Presidente:

Há alguns anos, o governo retomava a velha tecla de que a inflação era causada pelas freqüentes emissões de papel moeda. Esta teoria foi em parte enterrada e a inflação continuou.

Houve momentos em que se dava como causa principal da inflação o fraco crescimento do Produto Nacional Bruto. E o nosso PNB começou a crescer 8, 9, 10 por cento ano: era o "Milagre Brasileiro", que encheu a boca de alguns brasileiros enquanto a maioria curvava o pescoço para servir à causa nacional. A inflação persistia.

Mas o governo propalava com veemência aos quatro cantos do País que era o resultado do "Modelo Econômico". E esse modelo do "Milagre" aparecia, dando mostras da vitalidade brasileira enquanto o resto do mundo estava em crise. Era como se fôssemos a Vitória Régia, que permanecia pura, imaculada, por mais poluídas que fossem as águas ao redor. E a inflação continuou.

Passados alguns anos, as autoridades brasileiras, declaravam que a inflação era causada por ser a "EXPORTAÇÃO" inferior à importação: pagava-se mais do que havia; e enquanto houvesse "déficit" haveria inflação.

Neste ano, fala-se que as exportações deverão ser lisonjeiras. Deverão alcançar, segundo as estimativas, 14 bilhões

de dólares.

E assim, teremos um bilhão de dólares a nosso favor no balanço comercial. Já houve até a previsão de um "superávit" de 2 bilhões. Mas a inflação continua.

Dizia-se que a inflação era importada e que a causa era mundial, culpava-se as sete irmãs do Anglo-Americanas; conglomeração petrolífera do Oriente Médio a causa da inflação. O Petróleo.

Depois o resto do mundo se foi reajustando à crise petrolífera. Sancaram ainda que com seqüelas suas economias, e o Brasil ficou a reclamar ainda do petróleo. Nossa inflação ficou sendo uma inflação de combustível.

Logo depois, cansados de bater a mesma tecla, técnicos de governo passaram a apontar a agricultura como responsável pela inflação. Produzia-se pouco e isso era a causa de desajuste inflacionários.

Acontece, porém que nunca se produziu tanto na agricultura desse País. Enquanto era o Petróleo o inflacionador externo, a agricultura concorre decisivamente para recuperar a economia de um País que está realizando o desenvolvimento industrial principalmente, o milagre da sociedade moderna.

E a produção agrícola concorre com a soja, o café, o milho, o cacau e o suco de laranja, para a obtenção de divisas.

Muito mais recentemente, culpavam-se os produtos hortigranjeiros como causa da inflação. E até o chuchu ganhou imerecidas manchetes com a palavra de Ministros, guindado a líder nacional da inflação... (Inflação prá chuchu).

Este setor agrícola (hortigranjeiros) está também pagando o que não deve: realizado por agricultores marginalizados, sem ensino nem assistência técnica, sem pesquisa o crédito rural, sem armazenamento, industrialização e comercialização. Somente os entrepostos apareceram, não se sabe bem a finalidade.

E agora, de tanto procurar as causas da inflação e cada vez, sofrendo mais os seus efeitos, cremos que mesmo não sendo as verduras, hortaliças, legumes ou frutas, o governo deve ficar por aqui, até aparecer um outro motivo que sirva como bode expiatório.

É preciso que os técnicos e os sábios deste País deixem de decidir sozinhos, porque estão decidindo mal.

É preciso que convoquem todos os interessados para analisar a situação brasileira, a fim de se assegurar o equilíbrio na vida econômica e social. Precisamente os que nunca são ouvidos é que estão pagando um preço muito alto pela inflação e suas causas.

Não é possível que ainda continue a recair esse grande peso sobre os trabalhadores do campo e da cidade.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, devidamente apoiada. Pretende, no artigo primeiro:

(Lê o artigo primeiro).

A Presidência dá por recebida a emenda à Constituição do Estado e solicita que seja publicada no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Após a sua publicação, a Presidência abrirá prazo de 3 dias para apresentação de emendas.

A Presidência deseja lembrar os Srs. Deputados membros das Comissões Técnicas permanentes que determinará ao Departamento Legislativo a inclusão na pauta, de todos os projetos de lei com regime de urgência, já aprovadas pelo Plenário, cujos prazos regimentais não foram obedecidos pelos Srs. Deputados relatores das diferentes comissões.

A Presidência, regimentalmente, adota esta medida, visan-

do a boa continuidade dos trabalhos legislativos. E solicita que inclua na pauta o Projeto de Lei número 49/77, com regime de urgência aprovado no dia 16 do corrente mês, por este plenário.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 87/76, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que autoriza o Poder Executivo a denominar próprio estadual localizado na cidade de Castro, com o nome de “Joaquim Anacleto da Fonseca”. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 95/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino, município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ., por unanimidade, da CF., por maioria e FAVORÁVEL da CIP., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 108/76, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que dispensa a cobrança de acréscimo a qualquer título, sobre contas de fornecimento de água pela SANEPAR, quando não liquidadas no dia do vencimento e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEL da CCJ., com Substitutivo Geral, por maioria e da CF., pela APROVAÇÃO na forma do Substitutivo Geral da CCJ., por unanimidade.

— Em votação.

Sobre o referido projeto de lei, há um requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, nos seguintes termos. (Lê): “Senhor Presidente.

Requeriro, na forma regimental autorizada, adiamento por dez (10) sessões da apreciação, em segunda discussão, do Projeto de Lei número 108/76.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1977.”

— Em votação o requerimento. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 31/77, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a “Guarda Mirim da cidade de Primeiro de Maio”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 37/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão e encarecendo estudos imediatos para a criação e implantação de um Serviço de Assistência Social junto às Delegacias de Polícia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a Diretoria do Colorado E.C. por instituir o ingresso popular — geral — ao preço de cinco cruzeiros, nos jogos disputados no Estádio Durival de Brito e Silva. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos nos congratular pelo lançamento de mais um jornal, de mais um órgão de divulgação no Estado

do Paraná.

Referimo-nos ao “Correio de Notícias” que, nesta sua primeira edição, já constatamos que o Paraná ganha mais um excelente jornal, mais um excelente órgão de divulgação que, com os demais aqui editados darão maior brilho à imprensa do Paraná.

Solidarizamo-nos com os nobres Deputados que assomaram à tribuna para se congratularem com o lançamento do “Correio de Notícias” e pelo que ele, por certo fará para a coletividade paranaense e do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos questão de somar nossa manifestação às demais aqui proferidas.

Sr. Presidente, o nosso requerimento ora em discussão, tem por objetivo, primeiro, porque somos um eterno apaixonado pelo esporte preferido pelos brasileiros. E é evidente que o futebol do Estado do Paraná atravessa uma fase difícil. Na minha justificativa aleguei que os espetáculos são paupérrimos, que as arbitragens não correspondem às expectativas do espectador e não correspondem nem com o espetáculo paupérrimo.

Que o nosso frequentador dos estádios não têm condições de levar sequer um filho ou sua esposa para passar uma tarde de domingo no estádio de futebol. Porque quase que é impossibilitado, em virtude da alta do ingresso, do seu custo.

E o Colorado Esporte Clube teve a iniciativa, e diga-se, Sr. Presidente, muito feliz, quando lançou o ingresso popular a cinco cruzeiros. E como dizia, sou um frequentador assíduo dos estádios de futebol, onde estou nas partidas de quarta, de quinta, de sábado e de domingo, com meus filhos, assistindo o futebol, pude constatar “in loco” que quando o Colorado Esporte Clube propôs-se a cobrar cinco cruzeiros das partidas realizadas no seu estádio, observamos de imediato, a afluência do público, deste menos favorecido, deste que, principalmente é o assalariado, que ganha pouco, que não tem condições de pagar vinte cruzeiros por uma geral, mas que, pagando cinco cruzeiros apenas, tem condições de frequentá-lo. Irá ao campo e levará consigo seus filhos ou sua esposa.

E tenho certeza que ele também é um apaixonado como nós pelo esporte brasileiro, e, principalmente, pelo futebol.

Então o Colorado que teve a iniciativa, o Colorado que não pensou somente em arrecadar para os seus cofres, mas que pensou levar aos estádios esses menos favorecidos, teve a intenção de conscientizar que eles também têm o mesmo direito que nós, que outros, que têm condições de pagar ingressos a 50 cruzeiros até numa cadeira numerada.

Em duas partidas que o Colorado cobrou cinco cruzeiros o ingresso, no Durival de Brito, tive a oportunidade de presenciar o estádio totalmente lotado.

Realmente, na faixa de cinco cruzeiros é onde tinha maior afluência, o dobro daqueles que pagavam ingresso mais caro.

Prevendo este estado de coisas do nosso futebol que está cada vez se arrastando mais, nós pretendemos a inclusão do próprio Colorado no Campeonato Nacional, que Curitiba reclama pela sua inclusão, não só ele, o Colorado e a sua torcida, mas todos os outros clubes, todos os outros co-irmãos do Colorado assim o desejam.

E é justo que amanhã, nós, aqui desta Assembléia, façamos, por unanimidade, um movimento para que o Colorado também chegue ao Campeonato Nacional e dispute. E ainda mais quando vemos esta iniciativa, quando vemos um Colorado olhando pelos menos favorecidos dando condições aos menos favorecidos, propiciando que pelo menos as suas partidas, realizadas em Dorival de Brito, tenham condições de serem assistidas.

É por isto, Sr. Presidente, que entramos com este requerimento e desejamos que os Srs. Deputados dêem apoio ao mesmo, para que a Federação Paranaense de Futebol à qual, na última eleição eu, em companhia do ex-Presidente Dr. José Milani, pleiteamos chegar à Casa de esportes, mas por motivos

alheios à nossa vontade não o conseguimos, olhe, através do seu atual Presidente e tome as providências com referência a este requerimento, o que temos certeza que ele fará, requerimento este que, temos certeza, em breve chegará às suas mãos.

Por este motivo, contamos com o apoio dos Srs. Deputados.— (“Sem revisão do orador”).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o inteiro teor do discurso proferido pelo Dr. Raymundo Faoro, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no último dia 19 de maio.— APROVADO.— (O discurso acha-se publicado no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 95/76 e 31/77, marcando ainda uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 27, às 10,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 195/68, 199/68, 60/74, 18/75, 79, 80, 81, 82, 85, 119, 137, 160, 181/75, 115/76 e 150/76.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 25/05/77.

#### ORAÇÃO PRONUNCIADA PELO ADVOGADO

RAYMUNDO FAORO

PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Honrado pelo vosso chamado a esta solenidade que amplia a nossa confraternidade e grato à vossa renovada e generosa confiança, Sr. Presidente do Conselho do Paraná, sinto não poder recomendar-me ao otimismo dos jovens colegas.

Não confiem eles, que hoje ingressam na advocacia, ainda os melhor armados de engenho e ciência, encontrar as oportunidades das carreiras vitoriosas, na triunfante consagração profissional.

Espera-os um duro período de prova, acotovelados, numa sociedade plétórica de advogados.

Serão tentados a muitos enganos e a muitas deserções, não na grande luta pelo poder e pela glória, mas no atormentado concurso para sobreviver como profissionais, onde deverão guardar, na conquista de um pequeno lugar ao sol, a interdependência e a dignidade inerentes à advocacia.

Filhos e vítimas, a um tempo, do excesso de escolas de direito que proliferam e prosperam em todo país, serão necessariamente uma parcela de malogros pessoais que se projetarão no agravamento de um problema social.

Muitos se darão conta, tardiamente, depois de anos perdidos, que sua vida não terá mudado, nem para melhor nem para pior, depois de cinco anos de vigílias universitárias.

Esta nova geração de advogados vive a fatal encruzilhada a que a condenou uma política educacional estruturada sem a colaboração dos interessados.

No movimento de modernização da sociedade e de desenvolvimento econômico permanecer muito lastro para velas mal tecidas, a carga de viciosos anacronismos.

As escolas de direito, mais de uma centena, continuam a ser geradas segundo os modelos do século XIX, com os paradigmas de Olinda-Recife e de São Paulo.

Querem que nelas se formem, não profissionais no largo

sentido de entendimentos em ciências jurídicas e sociais, mas apenas difusores de cultura geral, valorizável como ornamento num mundo ocioso.

Para tornar verossímil o painel, imaginou-se no passado próximo e remoto, o comando social de uma aristocracia agrária, mito que esconderia, em visão dourada, o país de prósperos exportadores e importadores, sugando os agricultores arruinados, como arruinado foi sempre quem planta e produz.

O bacharel representaria o complemento de um mito, obra da fantasia, ele e sua matriz.

Desvinculado do profissionalismo, seria polímorfo em suas ocupações afins, como as de ciências sociais.

Para chegar à hora atual, recorde-se o que houve com o estágio forense e o exame de ordem.

A seleção profissional dos bacharéis competiria à vigilância da Ordem dos Advogados, rápida e fugaz experiência que o legislador anulou, antes de avaliar-lhe a profundidade.

Enquanto o legislador se preocupava em facilitar a expansão do mercado de trabalho, o administrador continuou a gerar cogumelos que chegariam ao escândalo das estações turísticas ditas universitárias.

Desenvolveram-se faculdades com a mesma desenvoltura com que se edificam clubes, sem atender ao custo social das lucrativas empresas. Os gestores do bem público não se preocuparam com as frustrações que imprudentemente semeariam na juventude, enganada com a matrícula sedutora, na esperança de ocupar um papel na sociedade, de relevo se verdadeiros os padrões tradicionais. Para que se consumasse a desvairada situação atual, manteve-se longe das consultas e das decisões a Ordem dos Advogados, envolvida em aragem envenenada de suspeição. Suspeição alimentada por dois fogos convergentes: ele abrigaria os privilégios de advogados bem situados, temerosos de concorrentes, ela, defensora da ordem jurídica no estado de direito, promoveria a discórdia e, para que o mal do primado jurídico não prevalecesse, era necessário arredá-lo dos centros do poder. O advogado, por seus pargões legítimos e representativos não pode atuar e sequer opinar para o debate de problemas seus e específicos. O Estado, ainda aqui, como em toda parte, reservou-se a competência de decidir soberanamente, fechado no círculo do patriciado, em aberta substituição dos cidadãos, de toda sociedade civil.

A obra tumultuada e tumultuadora não atingiu, nem a esse campo se restringiria, apenas o ensino jurídico e a disciplina da advocacia. Promotora da modernização e do desenvolvimento, uma estranha e bizarra categoria social afastou o advogado do ordenamento da atividade social e econômica. Ao racionalismo do direito se impôs o decisionismo da queima de etapas, empreendida por senhores novos, que tudo sabem, tudo sabem menos traduzir o inglês apressadamente ingerido nos seus cursos semestrais. Eles legislam, administram, planejam, contratam, negociam, livres das formas para eles o formalismo bacharelesco — e das cerimônias jurídicas. Como grupo que não presta contas, nem mesmo ao povo, nem à hierarquia, desenvolveram língua própria e esotérica, com a qual se desentendem e se desorientam. Nas aparências de seus programas e das suas miragens consagram certezas matemáticas de longo alcance, na utopia de um país ideal para os netos dos homens de hoje, todos reduzidos a números e quantidades. Às dificuldades da hora em curso respondem com as maravilhas do ano 2.094, no malabarismo sedutor de fórmulas e equações.

O irracionalismo das construções imaginárias, com as promessas e encantamentos que só enganam os atores, evidencia-se à sensibilidade de quem queira pensar sem as viseiras tecnocráticas. O advogado, habituado a raciocinar com base em proposições estáveis, será o crítico mais capacitado desse amaranhado de surpresas. Junto ao drama social, na empresa e no assessoramento aos negócios, verá ele, que as atividades

do homem, o trabalho e a produção, estão sujeitas as regras que, da tarde para a manhã seguinte, mudam de cor e de pele. O jogo de azar, com os nocivos expedientes de transformar as qualidades econômicas na habilidade de captar empréstimos, financiamentos e favores de emergência, torna-se a medida de todas as coisas. Por essa via, realimentam-se as agências estatais de cargas mais altas de arbítrio. A racionalidade, numa moldura de ações previsíveis e calculáveis, tornou-se matéria dispensável para quem aprendeu a ordenar o fato em normas gerais e dependentes, na sua validade, das deliberações dos seus destinatários. As leis se somam às leis, umas tão irracionais como as outras, todas degradadas materialmente em ordens e medidas transitórias — na balbúrdia que agrava a balbúrdia.

Se a realidade não inspira otimismo, não sugere o abandono do bom combate. Os advogados sempre souberam, com bravura e lucidez, fixar sua missão nas situações difíceis, sem enfado cético, e sem dramaticidade retórica. Guardiães da ordem jurídica, sabem eles reconquistá-la, recuperando-a em seus valores racionais, em meio à esta galeria de espantos. Declinável é, desta sorte, a origem de suas preocupações que apontam para a necessária estruturação do estado de direito, preocupações que difinem propósitos claros e públicos. Não se há de buscar o remédio na farmacopéia condenada, na utópica construção de uma visão tecnocrática para apagar outra visão tecnocrática. A conciliação dos homens de boa vontade, sem partidarismos e sem temor, há de assegurar um pacto social no consenso pacífico, que se traduza em pacto jurídico. A República se fundou e se engrandeceu com fundamento numa ampla e livre deliberação constituinte, que é a fonte de todo o poder e a inspiração para todas as perplexidades. Este não é um caminho de retorno, mas mensagem de confiança no futuro, do futuro que se abre na dinâmica da hora atual, sem apelo ao milênio prometido pelo vôo dos números em delírio.

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 314/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 2211, de 28 de março de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a ROQUE DE CRISTO, matr. 085, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 26 de março de 1977, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 315/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 3122 de 15 de abril de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, a JOÃO ALBERTI ANDRETTA, matr. 476, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 11 de janeiro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário.